

A ESCOLA PÚBLICA E O DEFICIENTE VISUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jacqueline G. Herculano de Castro (1); George Pimentel Fernandes (1)

Universidade Regional do Cariri; jacqueline_herculano@hotmail.com

Universidade Regional do Cariri; pimentel@urca.br

RESUMO

Esse trabalho apresenta um relato de experiência que tem como objetivo, investigar a contribuição de métodos alternativos de aprendizagem para o desenvolvimento cognitivo de alunos deficientes visuais do Colégio Estadual no município do Crato-CE. Enfatizou-se a importância do desenvolvimento da percepção tátil, na utilização dos recursos adaptados ao ensino desses discentes. Participaram do projeto, 2 alunos do Colégio Estadual do Crato, matriculados no 3º ano do ensino médio. Os recursos didáticos confeccionados e utilizados buscaram proporcionar aos alunos deficientes visuais da escola citada, acesso diferenciado aos conteúdos correspondentes a grade curricular do 3º ano do ensino médio. Para a confecção do material, foi utilizada basicamente cola colorida e cartolina, que foram manuseadas por alunos voluntários videntes das mesmas séries frequentadas pelos alunos deficientes. Os mesmos foram orientados na construção de “fichas táteis” com conteúdos em relevo e atividades didáticas que favorecessem a aprendizagem dos alunos deficientes visuais. Os depoimentos dos professores dos referidos educandos envolvidos foram positivos em relação à produção dos recursos e à importância dos mesmos para o processo de inclusão escolar daqueles alunos.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Deficientes Visuais, Materiais Alternativos.

INTRODUÇÃO

A presente discussão aborda o contexto da inclusão e tem como objetivo apresentar recursos táteis que proporcionem práticas pedagógicas inclusivas e apropriadas ao ensino de Biologia, Química e Física para 2 alunos deficientes visuais incluídos na escola de ensino regular EEMTI Wilsom Goncalves no município do Crato-CE, matriculados no 3º ano do ensino médio.

O desafio de incluir pessoas com necessidades especiais no âmbito escolar bem como em outras áreas sociais, tem seu marco de conquista assinalado através da Declaração de Salamanca, acordo firmado na Espanha em 1994, onde vários países se comprometeram na promoção de alternativas de ensino para todos os indivíduos com perfil de educando. Partindo disso, outras conquistas foram acontecendo no percurso da educação inclusiva, fazendo com

(83) 3522.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

que as escolas repensem e reestruturem sua padronização física, bem como sua prática pedagógica a fim de que a inclusão seja similar a todas as pessoas.

No Brasil, com a constituição de 1988, a legislação passou a amparar o acesso de todos à escola. No entanto, foi com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), aprovada em 20 de dezembro de 1996, que foram dados passos importantes em relação à formação de professores no Brasil. A lei trouxe um processo de mudanças em todos os níveis, da Educação Básica à Educação Superior. Além de estabelecer que os sistemas de ensino devem garantir currículos, métodos, recursos e organização adequados ao atendimento das necessidades dos alunos, a LDB 9394/96 também define “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho [...]” (BRASIL, 2010, p.12).

Percebe-se desta forma, que a LDB de 1996 sinaliza para oportunizar o acesso de qualquer aluno à escola. Nesse sentido, a resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determina que: "Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos" (BRASIL, 2001).

Desta forma, o que a lei procura apresentar ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas no sistema de ensino demonstram a necessidade de resistir às práticas discriminatórias, é uma educação inclusiva com bases em um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos (BRASIL, 2010). Contudo, o que se evidencia ao observar-se a prática, dentre muitas outras coisas, é o despreparo dos professores da educação básica. Essa realidade é visível nos docentes atuantes, como também em relação aos cursos de formação de professores, que em sua maioria, ainda não dispõem de uma formação que atenda tal necessidade (NAUJORKS, 2002; CASTANHO e FREITAS, 2005; RODRIGUES, 2005). Assim, não estamos diante de uma única questão, no entanto, percebemos diferentes cenários tais como, preparação da comunidade escolar, desempenho cognitivo do aluno, adaptação curricular, ambiente físico da escola, apoio pedagógico, enfim, diversas situações.

Nesse aspecto, Ribeiro (2010), citando a reforma curricular na atualidade, elenca algumas tendências nas concepções de currículo. Uma delas, com base na Nova Sociologia da Educação - NSE inglesa, faz uma crítica aos currículos em vigor “por construírem identidades falsas e acabadas, consideradas como um objeto estático num contexto de mudança” (p. 136). Com relação à convivência social dos indivíduos, a NSE propõe então, uma educação que

atenda à diversidade que encontramos no mundo pós-moderno, “a única possibilidade de nos relacionarmos uns com os outros seria o respeito às diferenças” (idem). É importante, portanto, acentuar no conceito de diferenças, não apenas o que se refere à pluralidade étnica, sexual e cultural, mas também perceber as diferenças no campo da limitação pessoal com as quais nos deparamos todos os dias, aprendendo a respeitá-las.

A atenção devida nas vidas de pessoas com deficiência foi o que motivou educadores a lutar por políticas educacionais que subsidiassem esse estudante com deficiência em seu processo de ensino. Elas têm registros marcantes na trajetória da educação em âmbito geral. Especificamente no campo da inclusão, em 2008, o Ministério da Educação estabelece a política nacional de educação com perspectiva na educação inclusiva, e a partir desse ano, a educação especial passa a compor o projeto pedagógico da escola de ensino regular, fomentando o atendimento aos alunos com deficiências (BRASIL, 2010).

Outro aspecto importante encontra-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em seu volume introdutório, ao apresentarem que mesmo o aluno desenvolvendo atitudes diversas em função da sua natureza, “a escola tem como função potencializar o desenvolvimento de todas as capacidades, de modo a tornar o ensino mais humano” [...] (PCN, 1997, p.69). Nesse caso, o papel da escola é fundamental, para a construção de um novo olhar que tenha como meta incluir os alunos com necessidades educacionais especiais.

Nessa mesma perspectiva, no ano de 2015, a presidenta Dilma Roussef promulga a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (PcD), especificamente no dia 6 de julho. Essa Lei chega como uma grande vitória dentro do contexto da educação inclusiva. Fazendo uma síntese da mesma, Reis, Mota e Jesus (2017) afirmam que:

A lei 13.146/2015 estabelece atendimento prioritário e dá ênfase às políticas públicas nas áreas da educação, saúde, trabalho, infraestrutura urbana, esporte e cultura para a PcD e inova ao instituir o auxílio-inclusão, que será pago à PcD moderada ou grave que entrarem no mercado de trabalho, além de estabelecer pena de reclusão de um a três anos para quem discriminar a PcD e reservar 10% de vagas nos processos seletivos de curso de ensino superior, técnico e tecnológico para este público (p. 9).

Dessa forma, percebe-se a intenção da Lei no sentido de beneficiar à PcD em relação à todos os níveis da educação, além de abranger outras esferas sociais com esses direitos antes inexistentes.

O papel da escola no que se refere à educação inclusiva vem caminhando cada vez mais na busca de superação da lógica da exclusão. Contudo, é importante lembrar que o modo capitalista de produção é excludente por natureza, evidenciando que os que não possuem capacidade, atitudes e habilidades requeridas pelo capital, são automaticamente excluídos do processo produtivo. Logo, parece haver uma incoerência entre o que a lei expressa e o que é vivenciado na prática em nossas escolas.

Na educação básica, a Educação Especial tem seu suporte no Atendimento Educacional Especializado (AEE), que acontece na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), esse espaço é destinado para o atendimento de alunos com deficiência física, intelectual ou deficiência visual, auditiva e surdo-cegueira. Abrange também estudantes com transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD), como também alunos com Altas habilidades/Superdotação (AH/SD).

O que tenho observado, enquanto professora de uma Sala de Recursos Multifuncionais com Atendimento Educacional Especializado (AEE), é um sistema de ensino que não está preparado em nenhum desses aspectos para dar o suporte que esse público necessita.

Nos anos de 2012- 2014, na EEMTI Wilson Gonçalves (EEMTI), no município do Crato-CE, recebemos no quadro de alunos 2 deficientes visuais. Como professora efetiva do estado e lotada nesta escola na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), fui solicitada pela direção da mesma com o objetivo de traçar e executar intervenções que dessem a esses alunos a condição de acompanhar os conteúdos na sala de ensino regular. Mesmo, com a SRM equipada para atendimento a esse público, a sala não dispunha de uma máquina Perkins, máquina datilográfica com escrita e leitura em Braille, o qual foi solicitado à Crede-18. Com o equipamento em mãos e algumas ideias de confecção de material, que facilitariam a assimilação dos conteúdos dados em sala de aula, demos início então a nossa caminhada.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Wilson Gonçalves – EEMTI, localizado no município de Crato-CE com dois estudantes, através da utilização de fichas em auto relevo (fichas táteis). A princípio estabelecemos uma discussão com os alunos com deficiência a fim de avaliar o conhecimento prévio destes sobre os conteúdos que seriam abordados. Logo após, contamos com a participação dos professores de sala regular na ministração das aulas de Biologia, Química e Física. Os modelos propostos

foram antecipadamente confeccionados com material que pudesse facilitar o tato para a distinção das estruturas, foi utilizada cola colorida, para o desenho em auto relevo. Após as atividades com as "fichas táteis", em outro momento foi aberta uma discussão com os estudantes deficientes visuais, a fim de saber a percepção deles acerca dessas atividades diferenciadas, se esse recurso tátil fez a diferença e foi eficiente na assimilação do conteúdo estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira iniciativa foi apresentar aos alunos deficientes visuais, os recursos que a escola disponibilizava para o atendimento devido, solicitado por suas limitações. Como eles vinham de escolas da rede estadual, um deles já trazia um notebook com o programa leitor de texto, NVDA e DOSVOX. O outro aluno possuía o seu notebook com os referidos programas e na sala de AEE, além da máquina Perkins, era oferecido o mesmo suporte de uso na escola.

Foi necessário que além do atendimento na sala multifuncional, fosse organizado um horário para também acompanhá-los no momento de algumas aulas, em especial disciplinas da área de exatas, assim como as que faziam bastante uso de imagens e gráficos.

Com essas vivências em sala pude perceber a necessidade de recursos táteis para a compreensão de alguns conteúdos. A princípio, foi fabricado na sala de AEE, um desenho que continha as fases da divisão celular. O material utilizado foi cola colorida e papel que seguia o desenho proposto pela professora de Biologia. Com a utilização das "fichas táteis", pudemos perceber que a compreensão do conteúdo explicado em sala tomava uma dimensão diferente daquele que não dispunha de tal material. Seguindo então essa observação, levamos a mesma metodologia para as aulas de Química e Física, o que fez toda a diferença na assimilação dos conteúdos passados aos alunos deficientes visuais.

Com a grande demanda de confecção das fichas, solicitei a alguns alunos voluntários para a produção das mesmas no contra turno. O requisito era fazer parte da turma do 3º ano. Assim, ao mesmo tempo em que produziam o material solicitado, estariam também repassando o conteúdo que eles estavam vendo em sala. Estes recebiam o modelo o modelo do desenho proposto e passavam para as fichas utilizando o lápis grafite. Em seguida contornavam todo o desenho com cola colorida, e por último as fichas eram colocadas para secar. O motivo do uso da cola colorida, era a consistência diferenciada da cola branca e a visualização do material pelos alunos videntes.

Nas fichas era feito a descrição do assunto tratado em letra comum e abaixo ou na

8313223221
contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

lateral, a transcrição em código Braille.



Figura1: Prófase – primeira fase da divisão celular.

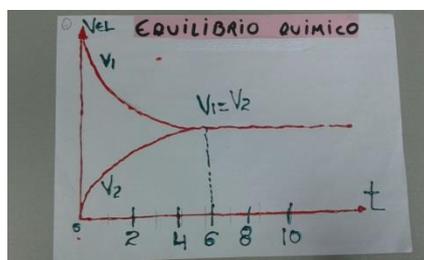


Figura 2: Gráfico apresentando uma situação de equilíbrio de soluções q

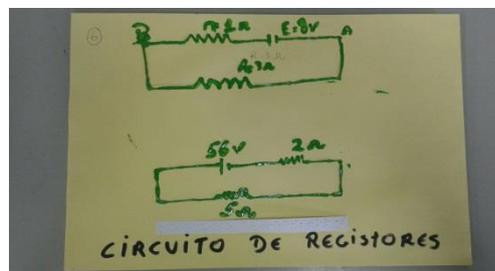


Figura 3: Registros em série.

CONCLUSÕES

A vivência em sala com os alunos deficientes visuais permite considerar que não existe um único percurso que auxilie no processo de aprendizagem desses educandos. Assim é possível concluir que a utilização das "fichas táteis" são recursos fundamentais para o trabalho com esses discentes. Concomitante a essa prática, está a leitura e revisão dos conteúdos indicados por cada professor. Essas ações acontecem com a escrita Braille, bem como através do uso do notebook com os devidos programas de leitor de texto.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Os recursos táteis se mostram imprescindíveis para que o aluno deficiente visual possa sentir-se incluído no processo de ensino. Trabalhar nesse contexto, explorando diferentes conteúdos a partir de recursos devidos e material concreto, possibilita ao aluno deficiente um aprendizado mais significativo.

Com a utilização de meios adequados, os alunos deficientes visuais incluídos em turmas regulares vivem experiências em um mundo de exploração, onde eles podem através do sentido captar o que foi explanado em sala, por meio da materialização do conteúdo proposto.

Os depoimentos dos professores envolvidos foram positivos em relação à produção dos recursos e à importância dos mesmos para o processo de assimilação dos programas ensinados em sala e a inclusão escolar dos referidos alunos.

Os recursos táteis se mostram imprescindíveis para que o aluno deficiente visual possa sentir-se incluído no processo de ensino. Trabalhar nesse contexto, explorando diferentes conteúdos a partir de recursos devidos e material concreto, possibilita ao aluno deficiente um aprendizado mais significativo.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____**Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

CASTANHO, D. M; FREITAS S. N. **Inclusão e Prática Docente no Ensino Superior**. Santa Maria: Revista Educação Especial, nº 27, 2005. Disponível em: <<http://www.usfm.br/ce/revista/ceesp/2006/01/a6.htm>> – Acesso em 19 ago. 2013.

NAUJORKS, M. I. **Stress e inclusão: Indicadores de Stress em Professores Frente a Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. nº 20. Santa Maria: Cadernos de Educação Especial, 2002. Disponível em:<coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2002/02a9.htm> Acesso em: 18 ago. 2013.

REIS, A. A., MOTA, P. M., JESUS. **Lei Brasileira de Inclusão N° 13.146/2015**: In: 10º Encontro Internacional de Formação de professores. 2017, Aracajú-Sergipe. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/content/10o-encontro-internacional-de-formacao-de-professores-enfope-e-o-11o-forum-permanente-de>>. Acesso em: **10 fev. 2017**.

RIBEIRO, L. T. F. **Questões Atuais sobre a Reforma Curricular**. In: RIBEIRO, L. T. F.; PATRÍCIO RIBEIRO, M. A. Temas Educacionais: Uma Coletânea de Artigos, Fortaleza: Coleção Diálogos Intempestivos, Edições UFC, 2010.

RODRIGUES, D. **Educação Inclusiva: Mais Qualidade à Diversidade**. In: _____ et al. (Orgs.). **Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2005.